

Lula formaliza candidatura e diz que PT deve fazer alianças para sucessão

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília



O deputado Luiz Gushiken (à esq.), Jair Meneguelli e Lula conversam durante o Encontro Nacional do PT, no Congresso

O deputado Luis Inacio Lula da Silva (SP) disse ontem que, com o lançamento de sua candidatura a presidente da República, que deverá ser formalizada hoje, o PT deverá procurar uma política de alianças com os demais partidos de esquerda, "inclusive com os progressistas do PMDB". Lula disse que a candidatura petista tem o objetivo de buscar "recuperar o prestígio das instituições, que hoje estão totalmente desacreditadas".

"Aqui mesmo na Constituinte já estamos em processo de aliança há pelo menos oito meses", disse Lula, que até ontem ocupava o cargo de presidente nacional do partido, agora com o deputado Olívio Dutra (PT-RS). Lula será o primeiro candidato lançado oficialmente por um partido à Presidência, embora o PT ainda não tenha certeza de que a eleição presidencial será mesmo em 1988, como decidiu a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte.

O próprio Lula disse ontem que a vitória do "Centrão", quinta-feira, na mudança do regimento interno do Congresso constituinte, poderá levar a uma alteração do quadro político, até hoje favorável aos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. "O 'Centrão' poderá dar de presente de Natal para o presidente Sarney o mandato de cinco anos", disse ele ontem, durante o "5º Encontro Nacional do PT", no auditório Petrólio Portella, no Senado, em Brasília.

Ao defender a "recuperação" do prestígio das instituições brasileiras, Lula apresentou alguns pontos de sua plataforma, que visará esclarecer "a situação real da dívida externa brasileira, da dívida interna e da reforma agrária". Admitiu que um dos problemas que enfrentará será "o nível de informação baixo" da classe trabalhadora, o que levará o partido a promover uma campanha "educativa".

Lula não considera precipitado o lançamento de sua candidatura, e disse que ela se manterá mesmo que a eleição "seja em 1988 ou em 1990". Disse que o lançamento agora é decisão "lógica". "Ulysses Guimarães (presidente do PMDB e do Congresso constituinte) já é candidato há mais de trinta anos; o PFL tem o Aureliano (Chaves, ministro das Minas e Energia); o Brizola (Leonel Brizola, do PDT) já é candidato e todo o mundo sabe disso".

A programação do encontro do PT previa o lançamento oficial da candidatura para ontem. Um atraso na programação, entretanto, levou a liderança do partido a adiá-la para hoje. O encontro reúne 450 delegados de todo o país para discussão da plataforma política do PT para os próximos dois anos, renovação dos 82 membros do Diretório Nacional e escolha da nova Executiva.

Questão dos clandestinos divide partido

Da Sucursal de Brasília

O reconhecimento oficial dos cerca de doze grupos políticos clandestinos abrigados dentro do PT dividiu ontem o 5º Encontro Nacional do partido, em Brasília. Uma tentativa de acordo entre a atual direção nacional do PT —contra o reconhecimento— e os partidos e grupos clandestinos fracassou à tarde, obrigando a decisão pelo voto dos 450 delegados, prevista para a noite.

Os grupos abrigados no partido querem a "regulamentação do direito de tendência dentro do PT". Ou seja, reconhecimento oficial de sua existência pela direção e representação proporcional entre os vinte membros da Executiva Nacional. A direção do partido, entretanto, rejeita a proposta. "Isso caracterizaria o PT como um frente, e somos contra"— disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG), secretário nacional de Organização.

A chapa "Articulação", que sustenta a atual direção nacional (formado por segmentos da Igreja, mais sindicalistas e militantes independentes) prefere protelar ao máximo essa questão, na expectativa de que, a média e longo prazo, as "tendências" se dissolvam naturalmente dentro do partido. É esta a posição do deputado Luis Inacio Lula da Silva (SP) e do futuro presidente do PT, deputado Olívio Dutra (RS).

Os principais líderes pró-regulamentação das "tendências" são o deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP), vinculado ao Partido Popular Socialista (Poposo), e o grupo do jornal "Em Tempo", de linhagem trotsquista e que tem como líder o economista João Machado. Numa posição intermediária, ficou o deputado José Genoíno (SP), vinculado ao Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Genoíno reconhece as dificuldades

da direção de reconhecer as "tendências", mas insiste na participação dos grupos clandestinos nas decisões do partido. Ontem, o debate tinha dois aspectos: o reconhecimento ou não dos grupos e, em consequência, sua representação proporcional na Executiva. A chapa "Articulação" recusa o direito de representação na Executiva, mesmo que os grupos tenham votação significativa na renovação do Diretório Nacional.

O deputado Eduardo Jorge considerou a proposta inaceitável. "Isso impede a articulação das diversas tendências na direção do partido, leva ao monolitismo e ao predomínio de uma única tendência", afirmou. A divisão de ontem poderá afetar a definição do programa de governo alternativo que o PT propôs como base para a candidatura de Luis Inacio Lula da Silva à Presidência da República. O programa será votado hoje.